

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**POLÍTICAS SOCIAIS**  
PADRÕES, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO**

**REITOR**

Roberto Leher

**PRÓ-REITORA DE**

**PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Leila Rodrigues da Silva

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**DIRETORA**

Andréa Teixeira

**VICE-DIRETORA**

Sheila Backx

**DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

**REVISTA PRAIA VERMELHA**

*(Para os membros da Equipe Editorial  
pertencentes à Escola de Serviço Social  
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

**EDITORES**

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

**COMISSÃO EDITORIAL**

Janete Luzia Leite

Rita de Cássia Cavalcante Lima

**CONSELHO EDITORIAL**

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo Montañó Barreto, Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF), Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Ligia Silva Leite

(UERJ), Lilia Guimarães Pougy, Listz Vieira (PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ), Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/UFRJ), Maria das Dores Campos Machado, Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfirio (NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro, Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias, Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ), Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR), Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF), Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica Paulino da Cruz.

**EDITORES TÉCNICOS**

Fábio Marinho

Márcia Rocha

Marcelo Rangel

Jessica Cirrota

**PRODUÇÃO EXECUTIVA**

Márcia Rocha

**REVISÃO**

Andréa Garcia Tippi

João Bosco Telles

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)  
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ  
(21) 3873-5386  
[revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha](http://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha)

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 28 n. 1  
2018  
Rio de Janeiro  
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 28	n. 1	p. 1-404	2018
------------------------	----------------	-------	------	----------	------

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.  
Para ver uma cópia desta licença, visite:  
[http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR)

Publicação indexada em:

**IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**  
ccn.ibict.br

**Base Minerva UFRJ**  
minerva.ufrj.br

**Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
revistas.ufrj.br

A foto da capa é de Bharath GS - Unsplash.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral  
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5  
CDU 36 (05)

# PRAIAVERMELHA

## **OS GOVERNOS PETISTAS E A CONCILIAÇÃO DE CLASSES: breve balanço e perspectivas para as políticas sociais**

PT GOVERNMENTS AND CLASS CONCILIATION:  
brief balance sheet and perspectives for social policies

**Luis Eduardo da Rocha Maia Fernandes  
& Márcia Pereira da Silva Cassin**

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 28

n. 1

p. 13-41

2018

## RESUMO

Este artigo desenvolve uma breve análise sobre a experiência de conciliação de classes dos governos petistas e a internacionalização do modelo de desenvolvimento adotado nesse período. O objetivo central que move esta análise é contribuir com o debate sobre o atual panorama das políticas sociais no Brasil e na América Latina. Para tanto, realiza um estudo bibliográfico acerca da contribuição das políticas sociais na construção do pacto social de conciliação de classes do PT, seguido de um debate sobre a inserção internacional do Brasil durante os governos Lula e Dilma. Por fim, aponta os principais fatores que conduziram ao ocaso do ciclo de governos petistas e as atuais perspectivas para as políticas sociais.

## PALAVRAS-CHAVE

Governos do PT. Políticas sociais. Internacionalização.

## ABSTRACT

This article develops a brief analysis on the experience of class reconciliation of PT governments and the internationalization of the development model adopted in that period. The main objective behind this analysis is to contribute to the debate on the current panorama of social policies in Brazil and in Latin America. For this purpose, it carries out a bibliographical study on the contribution of social policies in the construction of the social pact of class conciliation of PT, and also a debate on the international insertion of Brazil in the governments of Lula and Dilma. Finally, it points out the main factors that led to the decline of the cycle of PT governments and the current perspectives for social policies.

## KEYWORDS

PT Governments. Social policies. Internationalization.

Recebido em 11.09.2017

Aprovado em 11.09.2018

## **INTRODUÇÃO**

Sopros de mudança e esperança passavam pela América Latina no início do século XX. Após os efeitos devastadores da crise da dívida e dependência financeira, com medidas neoliberais ditadas pelos organismos internacionais e a ascensão de governos conservadores na região nos anos de 1980 e 1990, a ampla e heterogênea resistência popular propiciou a ascensão de governos populares de esquerda.

Sem dúvida, a questão social ganhou um novo sentido nessa correlação de forças. De forma bem variada, de país para país, indicadores sociais e educacionais melhoraram. O montante de investimentos nas áreas sociais também. A participação democrática, embora muitas vezes cooptada, também foi ampliada. No entanto, passados quase 15 anos, acompanhamos o grande crescimento da direita e extrema-direita no continente, da radicalização neoliberal e de uma nova ressignificação da questão social.

O presente artigo, longe de fazer uma retrospectiva continental, se propõe a apresentar um breve balanço da experiência mais conciliatória, com maior projeção e prestígio internacional entre os governos progressistas latino-americanos: a dos governos petistas no Brasil.

Nesse sentido, pretende-se apresentar a bibliografia crítica brasileira sobre o tema, debater a inserção internacional brasileira, caracterizar as tendências e perspectivas das políticas sociais durante os governos petistas. Ao se articular a análise nacional e internacional das lutas de classe, anseia-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada da atual conjuntura e cenário das políticas sociais no Brasil e na América Latina.

## **BREVE ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS GOVERNOS PETISTAS**

A vitória de um representante operário para o mais alto cargo do executivo nacional, em 2002, alimentava muitas expectativas de que um governo do Partido dos Trabalhadores (PT) pudesse reverter o quadro de profundas desigualdades sociais através de reformas

estruturais que fossem capazes de frear o avanço do neoliberalismo no país. Tais expectativas, no entanto, permaneceram durante os últimos anos frustradas. Ao assumir o poder, o PT já se configurava como um partido pró-capital, que havia se desvincilhado dos ideais que o acompanhavam no momento de sua fundação, em nome da governabilidade. Este abandono se deveu a um processo de transformismo operado no interior do partido que conduziu a um conjunto de alianças e concessões, as quais permitiram a aceitação do PT por parte da burguesia brasileira e do imperialismo como uma alternativa viável de governo, que garantisse, ao mesmo tempo, a continuidade da política macroeconômica e a prevenção das lutas populares ameaçadoras da ordem.

As políticas sociais nesse período foram orientadas para o combate à miséria por meio da seletividade e focalização das ações nos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Houve uma ampliação significativa dos programas de transferência de renda, ao mesmo tempo em que se aprofundava o desmonte das demais políticas do sistema de proteção social, a exemplo da Saúde e da Previdência Social. Aliada a outros fatores como aumento do salário mínimo e expansão do crédito, a ampliação do Programa Bolsa Família (PBF) possibilitou uma melhoria nas condições materiais de vida dos indivíduos mais pobres, que passaram a constituir uma nova base eleitoral de apoio para o PT a partir de 2006.

Embora os fundamentos do receituário neoliberal tenham se mantido com a transição para os governos petistas, os mandatos de Lula e Dilma não podem ser compreendidos como uma repetição pura e simples dos governos de FHC. Caso contrário, não haveria explicação para o fato de termos vivenciado 13 anos seguidos do PT à frente do governo federal, sendo que pelo menos os dez primeiros anos daqueles mandatos foram acompanhados de altos índices de aprovação nas pesquisas de opinião pública. Esse longo período de estabilidade política foi alcançado graças a um pacto social que contou com o apoio do grande capital financeiro, do consenso ativo das principais organizações do mundo do trabalho e do consenso passivo



das classes subalternas, por meio das políticas sociais compensatórias (SIMIONATTO e COSTA, 2014). Mesmo nas situações mais adversas, como na contrarreforma da Previdência e nos escândalos de corrupção envolvendo líderes do governo, o PT manteve uma sólida base de apoio.

A eleição de Lula, em 2002, foi resultado de uma crise da estratégia neoliberal de desenvolvimento que havia rebaixado as taxas de crescimento econômico, levando a economia brasileira a crescentes déficits e vulnerabilidades externas, bem como da ampliação e concentração de renda e riquezas nos governos anteriores (CARCANHOLO, 2015). O cenário da América Latina apontava para um conjunto de rebeliões contra os governos neoliberais e a continuidade de um arranjo político baseado na ortodoxia neoliberal de FHC poderia despertar uma reação dos trabalhadores que não interessava à burguesia brasileira e ao imperialismo. Foi nesse momento que Lula passou a ser visto como uma alternativa de governo preventivo. De acordo com Arcary (2013, p. 3), “a burguesia já admitia, desde 1994 pelo menos, que o PT pudesse ser um partido de alternância disponível para exercer o governo em um momento de crise econômica e social mais séria”. Durante a campanha eleitoral de 2002, o PT já havia se consolidado como um partido pró-capital, especialmente com a formulação da “Carta aos Brasileiros”, através da qual firmou-se um compromisso com o respeito aos contratos estabelecidos com o capital. O programa do partido já estava totalmente adaptado aos interesses do mercado e do capital financeiro.

Para chegar ao poder, o PT ampliou sua política de alianças incorporando os setores empresariais, a burocracia sindical e amplas camadas da classe média e dos trabalhadores. Consolidou-se, no âmbito do governo, a ideologia do presidencialismo de coalizão, na qual a burguesia e sua fração monopolista exercem grande influência no comando da República por meio do conjunto de partidos que as representam. Além disso, aprofundou-se o transformismo petista através da cooptação das principais lideranças do conjunto dos trabalhadores. Segundo Soler (2015), o apoio de determinadas frações

sindicais não foi conseguido por adesão programática, mas pela cooptação financeira das centrais e aparatos, e pelo recrutamento de dirigentes pela máquina administrativa. Exemplo disso é a nomeação, em 2003, do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, para assumir o Ministério do Trabalho. Assim, em cargos dos “diversos escalões do governo, nas empresas estatais, nos seus conselhos de gestão e nos conselhos das empresas privadas com participação acionária do Estado ou dos fundos de pensão das estatais, ex-dirigentes cutistas passaram a encontrar um novo ‘habitat natural’” (MATTOS, 2013, p. 2).

O governo Lula se iniciou com um intenso debate em torno de uma reforma sindical e trabalhista, mas o que se verificou ao final de seu segundo mandato foi um avanço na retirada de direitos dos trabalhadores. O controle do Estado sobre os sindicatos foi intensificado, confluindo para uma integração da central sindical à velha estrutura herdada de Getúlio Vargas. Os sindicatos que se mantinham fiéis à tradição mais combativa enfrentavam ameaças de retirada da “legalidade”, bem como eram reprimidos pela ação policial ou por mecanismos coercitivos mais modernos, como interditos proibitórios, pesadas multas, ameaça de regulamentação restritiva do direito de greve do funcionalismo público, entre outros (*Ibid.*).

Esse enquadramento político ideológico das organizações tradicionais contribuiu enormemente para que as mobilizações durante os dois primeiros mandatos presidenciais do *lulismo* não alcançassem dimensões nacionais ou obtivessem a solidariedade de outros setores, inviabilizando, assim, que esses processos ganhassem um caráter político mais abrangente, facilitando o isolamento e os ataques do Estado por meio do judiciário ou da repressão policial direta aos movimentos (SOLER, 2015, p. 23).

Nesse sentido, o governo agiu para inibir e colocar os trabalhadores na defensiva, ao lançar um conjunto de regulações que contribuem para criminalizar os movimentos sociais e reforçar a lógica punitiva do Estado burguês, aprofundando as estratégias de

apassivamento na direção de fortalecer a contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 2005). Paradoxalmente, os mandatos presidenciais do principal líder dos metalúrgicos na década de 1980 cumpriram um papel decisivo no retrocesso da consciência de classe largamente construída desde aquele período.

O pacto de classes operado pelo PT também incorporou as classes subalternas que, beneficiadas pelas políticas sociais compensatórias, vieram a constituir uma importante base eleitoral do partido a partir de 2006 (SINGER, 2012; MARQUES *et al.*, 2009). De acordo com Singer (*Op. cit.*), teria havido, a partir de 2003, uma mudança na conjuntura econômica internacional que resultou em uma orientação voltada para a adoção de políticas de redução da pobreza, com destaque para o combate à miséria e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isto teria produzido, em associação com a crise do “mensalão”, um realinhamento eleitoral que se cristalizou em 2006, dando origem ao que o autor denomina de lulismo: um modelo de diminuição da pobreza com manutenção da ordem.

Para Singer (2012), em 2006 teria ocorrido um duplo deslocamento de classe que caracterizou o realinhamento eleitoral brasileiro, o qual, por estabelecer uma separação política entre ricos e pobres, teria força para durar por muito tempo. O autor acredita que o pivô do lulismo tenha sido a relação estabelecida por Lula com os mais pobres que, beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar as suas condições de vida, teriam retribuído na forma de apoio maciço a partir das eleições de 2006. Por outro lado, o escândalo do mensalão teria afastado a classe média, em um processo que inverteria a fórmula de 1989, quando Lula foi derrotado exatamente por não ter o apoio dos mais pobres, os quais optaram por Collor. Assim, o lulismo teria alterado a base social do PT e favorecido a aceleração do crescimento econômico com diminuição da pobreza, mediante a integração do subproletariado à condição proletária via emprego formal.

Conforme Singer (2012), o apoio por parte desse estrato social foi obtido graças à articulação de um tripé formado pelo PBF, pelo

aumento do salário mínimo e pela expansão do crédito associada a uma diminuição dos preços da cesta básica. Esses fatores em conjunto resultaram em uma diminuição da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar.

Segundo o autor, teria havido uma leve inflexão no segundo mandato de Lula, com a ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda em março de 2006, o qual favoreceu uma “química” de neoliberalismo a menos e desenvolvimentismo a mais. Nessa etapa, que durou até crise financeira internacional de 2008, houve maior valorização do salário mínimo, bem como uma flexibilização dos gastos públicos e redução dos juros, o que conferiu ao segundo mandato um ar menos conservador. Nessa conjuntura, foram gerados quase 40% a mais de postos de trabalho no segundo mandato em relação ao primeiro. O aumento das vagas de emprego formal aliado à valorização do salário mínimo e ao crédito consignado permitiu uma alteração no combate à pobreza, para além da transferência de renda. No segundo governo, de acordo com Antunes (2011), o afastamento dos movimentos de massa que deram sustentação na eleição de 2002 foi fundamental para que as políticas se direcionassem sobre os estratos das classes trabalhadoras não organizadas e duramente precarizadas.

Esses fatores contribuíram para a eleição de Dilma Rousseff em outubro de 2010, demonstrando a vigência do realinhamento eleitoral operado pelo lulismo (SINGER, 2012). Para Singer, o que realmente decidiu a eleição foi o fato de Dilma ter tido mais de quarenta pontos percentuais de diferença sobre Serra na região Nordeste: dos 12 milhões de votos que separaram Dilma de Serra no segundo turno, 11 milhões vieram do Nordeste, região mais empobrecida e com maior contingente de beneficiários dos programas de transferência de renda.

Uma pesquisa realizada por Marques *et al.* (2009) também revela uma forte relação entre o voto em Lula no segundo turno das eleições de 2006 e o peso do PBF na população total de cada município do Brasil. A conclusão foi que, quanto maior a faixa de cobertura em relação à população total, maior a proporção de votos válidos

recebidos. Segundo os autores, mesmo quando os municípios não eram agregados em faixas de cobertura, sendo o grau de dispersão bastante significativo, o PBF explicou, sozinho, 45% dos votos.

Coggiola (2013) aponta o papel do PBF como amortecedor dos conflitos sociais, enquanto fator determinante para o esvaziamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) durante o primeiro mandato de Lula. Conforme o autor, o número de famílias que invadiram terra no Brasil caiu de 65.552, em 2003, para 44.364, em 2006; uma queda de 32,3%. Nesse mesmo período, a quantidade de famílias sem-terra acampadas caiu de 59.082 para 10.259 – uma diminuição de 82,6%. As invasões foram o único número que se manteve estável, oscilando de 391, em 2003, para 384 em 2006.

Nessa mesma direção, Mattos (2013) considera a expansão do PBF um fator nada desprezível para explicar os elevados índices de popularidade do governo que, a partir de 2006, migraram das grandes cidades do Sul e Sudeste do país para as pequenas cidades do interior e do Nordeste, região com os mais elevados indicadores de pobreza. O PBF constituiu um forte fator, ainda mais para explicar as maiores dificuldades, enfrentadas pelos movimentos sociais (como os sem-terra e sem-teto), de conquistar para a luta as frações mais precarizadas da classe trabalhadora.

Para Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 166), o PBF constituiu uma política assistencialista e com grande potencial clientelista e, portanto, manipulatório do ponto de vista político, em especial se for levado em consideração o fato de seu público-alvo ser composto por uma “massa de miseráveis desorganizada e sem experiência associativa e de luta por seus direitos”.

Mota (2012) destaca que ao desistoricizar a pobreza, tratando-a como um fenômeno que pode ser gerido através de políticas compensatórias, tornou-se possível atender algumas necessidades imediatas das classes subalternas, sem atingir os interesses das classes proprietárias e dominantes. Deste modo,

[...] a partir do governo Lula da Silva, o atendimento de parte das reivindicações e necessidades das classes subalternizadas se fez

afastando-se dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida. Por isso, as respostas à luta social e histórica contra a miséria e a desigualdade social se deram com estratégias que negam o antagonismo das classes, obtendo, assim, o consentimento ativo e passivo de grande parte dos “trabalhadores” e do “lumpem” (MOTA, 2012, p. 37).

Diante do exposto, torna-se evidente a relevância das políticas sociais, sobretudo do programa de transferência de renda Bolsa Família na conquista da popularidade do PT durante os últimos anos. A reorientação da proteção social brasileira nos governos petistas, direcionada para o combate à pobreza, veio a ser um importante mecanismo de passivização das frações mais pauperizadas dos trabalhadores. Esse setor da classe trabalhadora possui, pelas suas próprias condições de existência, maiores dificuldades para apresentar um projeto alternativo de sociedade e uma menor capacidade de se auto-organizar, motivo do qual decorre seu apoio ao governo ou ao partido que, no plano imediato da consciência, pode proporcionar um cenário mais favorável às suas condições objetivas de existência. Em outras palavras: “o êxito das ações do Governo Lula na área social repercute no amortecimento do conflito social no Brasil, especialmente após a massificação dos programas de transferência de renda, processo este que, indiretamente, afeta e inibe o protesto das classes sociais subalternas” (PAIVA e MATTEI, 2009, p. 185-86).

Graças a esse pacto social, apoiado por um amplo leque de partidos e por diferentes grupos sociais, dos mais ricos aos mais pobres, o PT conseguiu o feito de legitimar-se entre “gregos” e “troianos”, pacificando politicamente o país pelo menos até os dois primeiros anos do primeiro mandato de Dilma Rousseff. O PT conseguiu articular um jogo político inédito na história do país, atendendo tanto às necessidades mais imediatas das classes subalternas, como às demandas de todos os setores da burguesia nacional, que passaram a financiar as campanhas eleitorais dos mandatos do partido. Nesta conjuntura,

[...] o Estado exerce, por conseguinte, sua tarefa educativa, não para a formação do “homem coletivo”, mas para o “conformismo social”, para a coesão e integração, adequando “as massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção”, através do consenso passivo e da colaboração em torno de sua hegemonia (SIMIONATTO e COSTA, 2014, p. 74).

De acordo com Iasi (2014), o PT teria resolvido o impasse da burguesia e da ordem burguesa no Brasil. Relembrando a tese de Fernandes (2005) – qual seja: sobre a impossibilidade de a burguesia prosseguir governando nos limites de uma autocracia dirigida pelo pacto burguês/oligárquico, resultando na necessidade de incorporação dos de baixo através de uma democracia de cooptação – Iasi afirma que o PT ofereceu a saída para esse problema, na medida em que conseguiu organizar um consenso em torno de uma alternativa que garante os patamares de acumulação de capitais e o apassivamento dos trabalhadores por meio do aumento de emprego e capacidade de consumo para os empregados, e programas sociais compensatórios, focalizados e neoassistenciais para os miseráveis.

Durante a transição democrática, a burguesia precisava equacionar seus problemas de hegemonia no quadro das condições postas por um capitalismo dependente e subordinado que exclui a maioria da população. Segundo Fernandes (*apud* IASI, 2014), as alternativas de dominação para a burguesia se restringiam a dois caminhos: um recrudescimento dos mecanismos autocráticos ou uma *democracia de cooptação*, descartada como possibilidade pelo autor diante do caráter estrutural da exclusão, no qual a burguesia poderia considerar muito alto o preço a pagar pela hegemonia e os trabalhadores, em contrapartida, não se contentariam com o pouco que tinham a receber.

O cenário se agrava na medida em que a burguesia precisa realizar isso no bojo de ajustes que apontavam para o desmonte do Estado e das políticas públicas, a intensificação da mercantilização e das privatizações, uma interação mundial de mercados e fluxos financeiros que solapam qualquer esforço de autonomia nacional, ou seja, era

necessário retomar as bases de um consentimento da classe trabalhadora, mas sem o retorno do Estado do Bem-estar Social, que na verdade aqui nunca existiu, mas que no contexto europeu foi o principal instrumento do amoldamento do movimento operário e socialista (IASI, 2012, p. 314).

Nesse sentido, a condição para a implementação dos ajustes seria o desarmar político da classe trabalhadora, o que representava um grande desafio no contexto de um Estado ampliado e de uma sociedade “ocidental”, onde predominavam as estratégias de consenso (COUTINHO, 2008). O cenário que apontava para uma radicalização das lutas democráticas não teve o desfecho esperado.

O potencial transformador do processo de democratização não se efetivou, a ordem burguesa se consolidou e a burguesia parece ter equacionado seu problema de hegemonia por uma via surpreendente. Considerando o quadro atual, podemos afirmar que acabou por prevalecer o cenário que Florestan Fernandes descartou num primeiro momento: a democracia de cooptação. Daí o caráter surpreendente. O protagonista que torna possível essa via, que parecia de difícil realização considerando a ação política da própria burguesia, viria de um setor do proletariado, exatamente daquele que tanto Coutinho como Florestan identificavam como sujeito do potencial transformador em direção ao socialismo, seja no primeiro registro como um processo radical de reformas de horizonte revolucionário, como em Coutinho, seja da passagem de uma revolução dentro da ordem para uma revolução fora da ordem, como em Fernandes (IASI, 2014, p. 89).

Iasi (2014) destaca que apesar de extremamente eficiente, a democracia de cooptação é instável, e só pode se dar através de uma mescla de cooptação com atendimento precário e parcial das demandas populares e da classe trabalhadora.

A eficiência da democracia de cooptação leva à consolidação de uma hegemonia burguesa no Brasil, talvez pela primeira vez em nossa história, com uma sociedade civil-burguesa consolidada, um Estado



Democrático de Direito e uma economia capitalista em condições de garantir, dentro da instabilidade e incontrolabilidade próprias desse modo de produção, patamares de acumulação de capitais razoáveis para as camadas dominantes. Por outro lado, os grandes problemas estruturais que estavam na base das demandas apresentadas pelo campo popular e as classes trabalhadoras nos anos 1980 e 1990 não encontram uma solução no quadro da atual forma econômica, social e política que se consolida com a chamada transição democrática, levando a tensões que aqui e ali explodem em situações dramáticas de crise social e insatisfação, como ficou evidente nas Jornadas de 2013 (IASI, 2014, p. 100).

Isso porque a hegemonia burguesa possui um caráter instável e o consenso não elimina as contradições, apenas as equaciona. Dessa forma, o domínio burguês está sempre sujeito ao aparecimento de crises de hegemonia, onde “de um lado, aprofunda-se o transformismo para sustentar a democracia de cooptação e de outro, vai se tornando mais evidente a presença do aspecto coercitivo” (IASI, 2014, p. 101). Ao contrário do que pensava Florestan Fernandes (2005), a democracia de cooptação não representou um cenário favorável ao desenvolvimento de uma contra-hegemonia que apontasse na direção do socialismo, mas revelou-se como o caminho possível para a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. Conforme Iasi (2014a, p. 34) teríamos finalmente transitado de uma dominação burguesa “sem hegemonia” para uma forma de dominação burguesa “com hegemonia”. Isto não teria sido possível sem o PT e o pacto social por ele forjado, o qual resultou em um “desarme das condições políticas, organizativas e de consciência de classe que poderiam apontar para uma ruptura com a ordem do capital”.

A democracia de cooptação viabilizada pelos governos do PT levou à consolidação de uma hegemonia burguesa no Brasil. Entretanto, tal consolidação não deve ser confundida com a eliminação ou liquidação da contradição fundamental entre capital/trabalho, posto que, enquanto houver capitalismo, haverá luta de classes.

O transformismo implica a absorção de lideranças e organizações, “mas nunca é possível cooptar o conjunto da classe trabalhadora, mesmo nos cenários ideais de desenvolvimento, como foi a experiência do *Welfare State*” (IASI, 2014, p. 102). Por este motivo, mesmo no quadro de uma consolidação da hegemonia burguesa, a contradição essencial de nossa sociedade encontrou uma forma de expressão nas manifestações de 2013 e na resistência dos trabalhadores em suas lutas, que conduziram ao esgotamento do pacto social de conciliação de classes do PT.

## **A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGENDA SOCIAL PETISTA**

A política externa dos governos petistas também tem sido objeto de intensos debates entre cientistas sociais e políticos, historiadores, diplomatas e até mesmo ocupou lugar de destaque nos grandes meios de comunicação. Para Freitas e Freixo (2011), contrariando as opiniões da grande mídia e de parte do antigo corpo diplomático, a maioria das análises dos acadêmicos brasileiros e centros de pesquisas nacionais tiveram uma impressão positiva acerca da inserção brasileira no cenário internacional durante os governos petistas, em especial dos governos Lula.

Segundo Carlos Aurélio Pimenta de Faria (2012), a política externa petista teria um viés "humanista" e "solidário". A chamada “questão social” ocuparia um papel estratégico na inserção brasileira no cenário internacional. Pelo menos no discurso, a agenda social de combate à fome no mundo, inclusão das massas "excluídas" na economia nacional e a promoção de políticas sociais e acordos de cooperação internacional visando o "desenvolvimento social" eram centrais nas intervenções de diversas autoridades brasileiras, em especial nas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os principais focos da política externa petista foram: (1) a ênfase nas relações Sul-Sul; (2) a prioridade conferida à América do Sul e (3) a criação de coalizões Sul-Sul, o G20 comercial e o grupo dos BRICS (integrados, principalmente, por Brasil, Rússia, Índia, China e África

do Sul). Existem muitas análises distintas sobre a política externa dos governos petistas, mas, em sua maioria, todas concordam com o fato de que houve uma sensível mudança em relação aos governos anteriores, em especial entre o período de 1995 e 2000.

Segundo Darc Costa e Francisco Carlos Teixeira (2004), a partir de 2003 o Brasil foi guinado para assumir uma nova proeminência nas relações internacionais – o que foi denominado de "novo protagonismo brasileiro" –, o que não ocorria desde os tempos da "Política Externa Independente", de San Tiago Dantas ou do "Pragmatismo Responsável", da época de Ernesto Geisel. Enfrentou-se a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), recuperou-se a liderança brasileira na América do Sul e fortaleceu-se o MERCOSUL. De maneira inédita, segundo os autores, abriram-se ricos mercados no Oriente Médio, enquanto que na África Negra, em especial na África Lusófona, tratou-se de se reestabelecer a presença brasileira. Esses e outros movimentos fortaleceram as pretensões brasileiras de ocupar um lugar permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para Vigevani e Cepaluni (2011), as mudanças na política externa entre os governos Lula e FHC teriam sido determinadas tanto por elementos internacionais, como pela diferença ideológica dos principais formuladores dessa política. O ataque às torres gêmeas em Nova York, no dia 11 de setembro de 2001, as dificuldades na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), a nomeação de Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães para os cargos de Ministro e Secretário Geral do Itamaraty, e a indicação de Marco Aurélio Garcia para o posto de assessor de assuntos externos da presidência teriam sido elementos que exerceram influência na mudança da política externa.

Já para o professor titular de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Paulo Fagundes Vizentini (2008), a partir do governo Lula foi devolvida ao Itamaraty sua posição de formulação e execução da política exterior, diferente do que fora instituído no governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso. Lula teve como base um projeto de desenvolvimento, visando

recuperar a capacidade de negociação internacional, ao ampliar as alianças e retomar seu papel como protagonista.

Ainda que tenha ocorrido uma inflexão, já ao longo do segundo mandato de FHC, foi a partir do governo seguinte que se deu uma nova dimensão à diplomacia brasileira, que ganhou uma visão estratégica de longo alcance, reforçando a atuação internacional do Brasil em relação à América do Sul, aos organismos internacionais e às potências emergentes do Sul. Segundo o acadêmico supracitado, o projeto interno dos governos petistas teria impacto internacional, pelo fato de suas propostas sociais buscarem corrigir as distorções da globalização, com o combate à fome representando um elemento simbólico e sinalizando a construção de um "modelo socioeconômico" alternativo.

Segundo Moniz Bandeira (2008), o governo Lula não confrontou os interesses norte-americanos, apenas tratou de conduzir as negociações sobre a ALCA de acordo com os "interesses nacionais". Escrito no início do governo Lula, o artigo do autor apontou para o fato de que, ainda que mantendo a política monetária de FHC, além das reformas da previdência e tributária que descontentaram setores da esquerda, a política externa petista, ao defender os interesses nacionais do país, entrou em colisão com as diretrizes da política exterior de George W. Bush.

Como se percebe, trata-se de abordagens e conclusões com perfis teóricos diversos. No entanto, acredita-se que as mudanças em uma política exterior não se explicam, exclusivamente, pelo novo partido de um governo, seus quadros ou sua orientação política. Mas sim pela dinâmica e pelas disputas em jogo na sociedade civil, entre classes, grupos sociais e frações de classe que podem determinar os rumos da política.

Nesse sentido, problematiza-se o uso contínuo da expressão "interesse nacional", tão recorrente nas obras acadêmicas. É necessário qualificar o "nacional" e desvendar seu conteúdo social e de classe por detrás das aparências, sem cair em tecnicismos e simplificações. As importantes contribuições de Tatiana Berringer (2015), Virgínia Fontes (2010) e Mathias Luce (2011) ajudam a avançar nesse

sentido. Embora tenham análises diferentes, esses autores conseguem relacionar o estudo da política externa dos governos petistas com as disputas no interior da sociedade civil, trazendo a influência de organizações empresariais na direção dessa política. A diferença entre eles está na caracterização da política externa. Para Berringer, utilizando-se do aparato teórico de Poulantzas, houve uma inflexão na política externa do Estado Brasileiro na transição dos governos FHC para os governos Lula, que esteve ligada à nova configuração do bloco no poder, a saber: a ascendente grande burguesia interna.

Fontes desenvolve a compreensão de inserção do Estado brasileiro na dinâmica do chamado “capital-imperialismo”. Segundo a historiadora, o aumento da concentração de capitais e a internacionalização de empresas brasileiras levaram o Brasil a integrar, ainda que de maneira subalterna, o grupo dos países imperialistas. O objetivo da autora era compreender a nova dinâmica do capitalismo contemporâneo no Brasil, por isso se utilizou do conceito de capital-imperialismo para demarcar as mudanças do imperialismo formulado por Lenin, além de se contrapor às ideias de globalização, neoliberalismo e mundialização do capital.

Já Mathias Luce reatualiza as teses de Ruy Mauro Marini acerca da inserção “subimperialista” do Brasil no cenário internacional, em especial na América Latina. Mais do que um “imperialismo subalterno”, o subimperialismo brasileiro, para Luce, seria fruto das próprias especificidades do desenvolvimento do capitalismo dependente na América Latina. O advento do subimperialismo encontra-se relacionado ao deslocamento dos problemas de realização da economia dependente, mediante a mobilização de expedientes que cumpriram uma função ao restaurar a unidade entre produção e realização do valor, como ocorreu no ciclo de expansão acelerada de 1968 a 1973 e durante os governos Lula na economia brasileira.

Como já fora bastante estudado e salientado por importantes pesquisadores do Serviço Social<sup>1</sup>, as próprias vicissitudes da

---

1 Ver Behring (1998).

subordinação da formação social brasileira aos centros capitalistas e às novas formas de organização do capitalismo contemporâneo ("neoliberalismo") impactam na adoção de políticas sociais, vinculadas a receituários de organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial.

Sem romper com as premissas estruturais dessas determinações durante os governos petistas, o Brasil não apenas "importa", mas também "exporta" políticas e modelos sociais, como uma estratégia de inserção brasileira no cenário internacional. Os programas "Fome Zero", "Bolsa Família" e, mais recentemente, o "Mais Médicos" são programas amplamente divulgados e elogiados pelos organismos internacionais como práticas exitosas a serem adotadas por outros países em desenvolvimento. Além disso, outras políticas públicas nas áreas de moradia, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, em especial as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), foram expandidas e adaptadas para países como Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, entre outros.

A euforia era tamanha que, em 2012, em uma reunião entre autoridades dos chamados governos progressistas da América Latina, criou-se o chamado "Consenso de Brasília" – uma tentativa de contraponto, baseada na experiência petista, ao "neoliberalismo extremo", conjugando a economia de mercado com a "inclusão social"<sup>2</sup>. A manutenção da política macroeconômica dos anos 1990, a valorização do salário mínimo e a promoção de políticas sociais para combate da extrema pobreza seriam práticas desse consenso.

O empenho dos governos petistas em promover e difundir programas sociais desenvolvidos no Brasil, hoje já é reconhecido por diversos pesquisadores e setores da sociedade. Todavia, esse afincamento ainda é muito pouco conhecido e pesquisado, mesmo sendo crescente a bibliografia dedicada à expansão e mudança de direção da

---

2 Ver: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Consenso-de-Brasilia-modelo-para-armar-na-America-Latina%0D%0A/6/25864>. Acesso em: 3 jan. 2017.

Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD), ofertada pelo país durante os mandatos de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Ao se caracterizar os governos petistas como a expressão da conciliação de classes no Brasil, na qual se produziu um consenso a favor da expansão do capitalismo brasileiro, tomar-se-á, como ponto de partida, destacados aparelhos privados de hegemonia para a formação desse consenso – entidades, associações patronais e populares e seus intelectuais que vão opinar e disputar os rumos da política externa brasileira, os quais sempre terão posicionamentos sobre as relações Brasil-Cuba.

Ao mesmo tempo em que a Federação dos Industriais do Estado de São Paulo (FIESP), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional da Indústria (CNI), políticos e partidos tradicionais de direita – os quais faziam parte da base de sustentação dos governos petistas – possuíam reflexões e propostas para a política externa, para o desenvolvimento e para o comércio exterior do país; o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e, em menor grau, a União Nacional dos Estudantes (UNE) também tiveram reflexões e propostas para a inserção do Brasil no cenário internacional.

A saber, o PT foi um dos principais articuladores do chamado Fórum de São Paulo. Tão combatido pela propaganda de organizações de extrema direita na atualidade, o Fórum de São Paulo foi criado em 1990. Tratou-se de uma articulação da esquerda latino-americana após a crise do "socialismo real" e enfraquecimento do movimento comunista. Nos anos 2000, o Fórum de São Paulo se converteu em um espaço de diálogo, propaganda e articulação entre partidos que davam sustentação aos heterogêneos governos "progressistas" latino-americanos.

Todos esses aparelhos privados de hegemonia do campo patronal e popular apoiaram a base de sustentação dos governos do PT ou nela orbitaram. O curioso é que, dentro de uma política de priorização do diálogo "Sul-Sul" e entre países do antigo "terceiro mundo",

aparentemente progressista, os governos petistas operaram a internacionalização das empresas brasileiras.

## **ALGUNS EXEMPLOS RECENTES DA TRANSNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS**

A transnacionalização das empresas brasileiras contou com uma estreita aliança política e social com o Estado. Este processo, de média duração, tem sua gênese na aliança entre empreiteiras e a ditadura militar, e se intensificou com a formação de grandes conglomerados multinacionais brasileiros durante os governos petistas. Nas palavras do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o Fórum de Davos, em 2005: "Uma coisa que eu tenho provocado sistematicamente nos empresários brasileiros é que eles não devem ter medo de virar empresas multinacionais, que não devem ter medo de fazer investimentos em outros países, até porque isso seria muito bom para o Brasil"<sup>3</sup>.

Contando com forte apoio logístico de programas governamentais e financiamento de instituições nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil, formaram-se grandes oligopólios brasileiros capazes de competir internacionalmente, tendo como foco de negócios a América Latina, a África e o Oriente Médio. Em especial, no continente latino-americano, onde os resultados desse processo foram mais significativos, principalmente nas áreas do agronegócio, construção civil e energia.

No Uruguai, a Friboi e a Marfrig chegaram a controlar mais de 70% das exportações de carne derivadas desse país. Trata-se de um lucrativo negócio, tendo em vista que o Uruguai conta com cotas adicionais para vender seus produtos na União Europeia. Na Argentina, ocorreu uma "brasileirização" do investimento externo

---

3 Ver o discurso completo de Lula no plenário do Fórum Econômico de Davos. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/discorso-de-lula-a-plenaria-do-forum-economico-mundial-m0042102> Acesso em: 3 jan. 2017.



direto, acentuada com a crise do país em 2000. A Petrobras adquiriu a Pecom, e passou a ser o segundo grupo econômico no setor de petróleo e gás. A Ambev comprou a Quilmes. A Camargo Corrêa comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra. A Friboi, subsidiada com créditos do BNDES, obteve as unidades da Swift na Argentina, se tornando o maior polo frigorífico do mundo<sup>4</sup>.

No Peru, a Votorantim comprou a maior metalúrgica de zinco e, também, a companhia mineira MinCo. A Gerdau comprou a SiderPeru, maior siderúrgica peruana, também com recursos do BNDES. No Equador, o BNDES impôs pacotes fechados, tornando incondicionais as obras de empresas brasileiras no país. Na Bolívia, a Petrobras conseguiu significativas concessões de campos petrolíferos e refinarias. Sendo assim, as empresas brasileiras aumentaram seus investimentos em praticamente todos os países latino-americanos.

A intensificação da expansão de capitais brasileiros pelo mundo só foi possível devido a uma conjuntura particular no bojo da crise sistêmica do capitalismo. Por um tempo, enquanto os países centrais estavam em apuros, sofrendo os impactos da pior crise financeira e recessão econômica desde a Grande Depressão de 1929, por um breve período o chamado BRICS<sup>5</sup> foi o motor do crescimento

---

4 Dados retirados do relatório do BNDES: Crescimento de Grandes Empresas Nacionais e a Contribuição do BNDES Via Renda Variável. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/efetividade/relatorio\\_crescimento\\_grandes\\_empresas\\_nacionais.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/efetividade/relatorio_crescimento_grandes_empresas_nacionais.pdf). Acesso em: 2 jan. 2017. Para aprofundamento e análise desses dados, ver o livro do Instituto Rosa Luxemburgo: *Empresas Transnacionais Brasileiras na América Latina: um Debate Necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

5 A sigla “BRIC” foi criada pelo economista inglês Jim O’Neill, em 2001, para denominar o crescimento das novas potências econômicas regionais: Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, também citada a África do Sul. Desde 2009, os Chefes de Estado e de Governo dos BRICs se encontram anualmente e ensaiam alianças comerciais e políticas. Em 2011, na Cúpula de Sanya, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento. Nos últimos 10 anos, ocorreram nove reuniões de Cúpula, com a presença de todos os líderes do mecanismo.

global, segundo o renomado historiador inglês Perry Anderson<sup>6</sup>.

O sucesso dessa expansão do capitalismo brasileiro estava associado ao modelo de crescimento econômico petista, o qual se baseava, superficialmente, em dois vetores: 1) um superciclo de aumento nos preços das mercadorias e um *boom* do consumo interno. Entre 2005 e 2011, os ganhos comerciais do Brasil aumentaram para mais de um terço, pois a demanda por matéria-prima da China e de outras partes do mundo aumentou o valor das principais exportações, assim como o volume de retorno fiscal para gastos sociais; 2) durante o seu governo, a principal estratégia do PT foi expandir a procura interna, ao aumentar o poder de compra das classes populares. E isso foi possível, não apenas com o aumento do salário mínimo e com transferências de renda para os pobres – o PBF –, mas também por uma massiva injeção de crédito nos consumidores. Durante os anos de 2005 a 2015, o total de débitos controlados pelo setor privado aumentou de 43% para 93% do PIB, com empréstimos aos consumidores atingindo o dobro do nível dos países vizinhos.

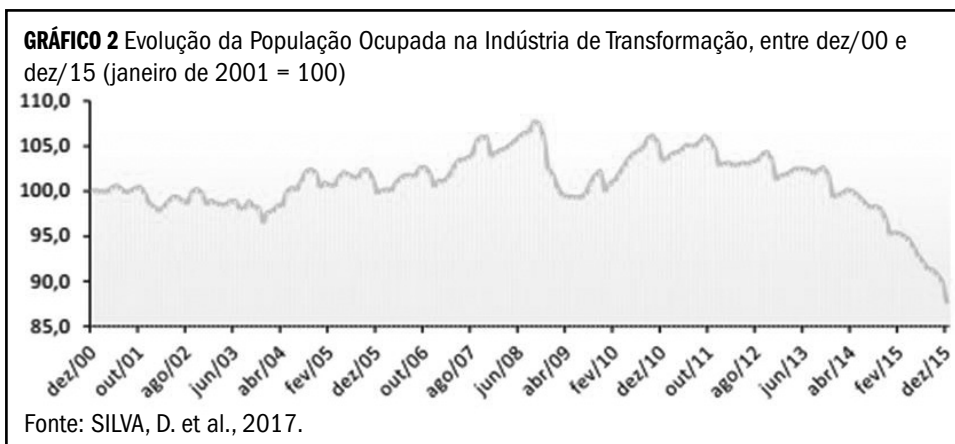
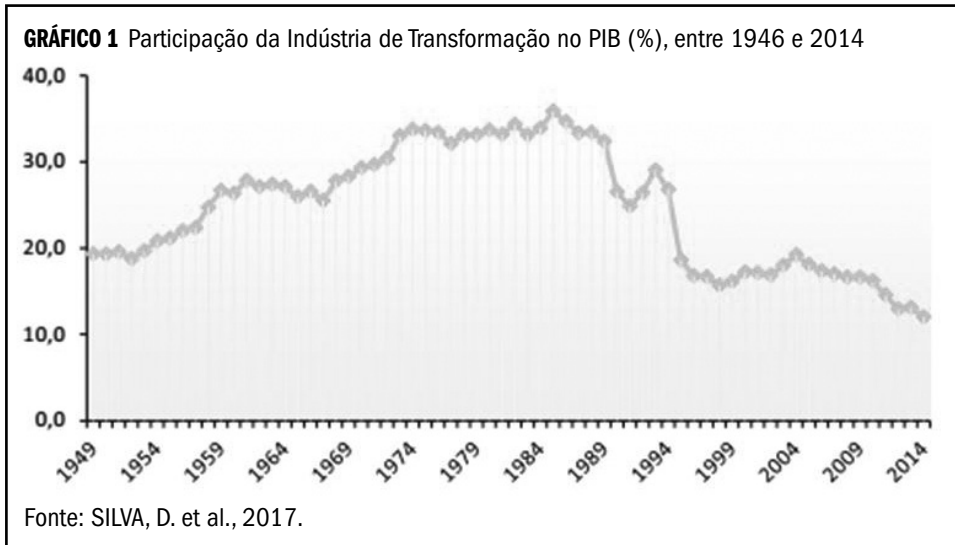
Curiosamente, apesar do discurso e grande prestígio internacional do lulismo, o quadro de inserção subalternizada no sistema imperialista estruturalmente não se alterou nos períodos petistas. A financeirização como estratégia de desenvolvimento econômico e social e a dependência econômica com relação às exportações de *commodities* foram elementos, como demonstrado ao longo do artigo, de continuidade na vida política e econômica. A formação de grandes transnacionais brasileiras atendeu muito mais a lógica de conciliação de classes e manutenção da expansão das taxas de lucro da burguesia brasileira do que a um propenso projeto "imperialista" brasileiro ou inserção independente no cenário internacional.

Prova disso foi que, a despeito de contar com uma indústria mais bem aparelhada, produtiva e consolidada, o Brasil, durante os governos petistas, manteve a tendência latino-americana de retração

---

6 Ver: ANDERSON, Perry: *A crise no Brasil*. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/crise-no-brasil-parte-1/42445>. Acesso em: 2 jan. 2017.

industrial, em especial a partir de 2012, conforme apresentado nos gráficos abaixo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas sociais desenvolvidas pelo PT em seus sucessivos governos cumpriram um eficiente papel de legitimação da ordem ao constituírem as bases materiais do pacto social de conciliação de

classes que pacificou internamente o país durante um longo período. A eficácia da estratégia de desenvolvimento dos governos petistas, fundada em uma agenda social de combate à miséria aliada à expansão do crédito e consumo, foi tamanha a ponto de se tornar um modelo socioeconômico de referência para os demais países em desenvolvimento, tendo como uma de suas expressões a criação do “Consenso de Brasília”, em 2012. Neste período, o Brasil recuperou seu protagonismo nas relações internacionais, em especial na América Latina e África, com a internacionalização de empresas brasileiras graças ao modelo de crescimento econômico que possibilitou gerir a pobreza sem tocar nos fundamentos da desigualdade.

Contudo, o Brasil permaneceu entre os dez países mais desiguais do mundo (BARBOSA, 2012). Isto porque a redução da desigualdade não depende apenas da capacidade de consumo imediato, pois o aumento deste não está relacionado a uma melhoria das condições gerais de vida, como acesso à saúde, transporte, saneamento básico, etc. O conjunto da ação dos governos do PT combinou os programas sociais compensatórios com concessões ao grande capital monopolista, configurando não um governo "reformista" que avançou aos poucos no que era possível avançar, enfrentando a resistência dos setores conservadores. No entanto, estabeleceu as bases de um governo de pacto social que implicou no apassivamento da classe trabalhadora como condição para sua eficácia.

Cabe destacar que esse pacto social se tornou possível por uma série de condições econômicas e políticas muito específicas. O primeiro mandato de Lula contou com um cenário conjuntural externo extremamente favorável, proporcionado pelo grande crescimento das economias para as quais a economia brasileira exportava e pelo comportamento favorável dos mercados internacionais de crédito. Isso permitiu ao governo uma elevação das taxas de crescimento, sem pressões inflacionárias, além de maiores arrecadações dos cofres públicos, o que viabilizou uma expansão na oferta das políticas sociais compensatórias (CARCANHOLO, 2015). Esse cenário externo favorável se modificou radicalmente com a crise da economia

mundial em 2007/2008, a qual provocou uma desaceleração do crescimento das exportações, uma vez que a recessão mundial ocasionou uma diminuição da demanda por nossos produtos, além da redução do preço das *commodities*.

O governo buscou conter os impactos da crise com desonerações tributárias de alguns setores da economia e expansão do crédito para financiar o consumo das famílias, na tentativa de garantir mercado para a produção que deveria ser mantida. Entretanto, com a longa duração da crise mundial, tais políticas anticíclicas mostraram seus limites, a saber: a ampliação dos déficits fiscais e o superendividamento das famílias, que restringiu o avanço do consumo e comprometeu grande parcela de suas rendas com o pagamento de serviços de dívida (*Ibid.*). Assim, o cenário externo amplamente favorável, que permitiu os termos de uma democracia de cooptação, começou a se desfazer.

As terríveis condições estruturais às quais estão submetidos os trabalhadores começaram a emergir em uma onda de indignação popular materializada em greves e manifestações que culminaram nas Jornadas de Junho de 2013. Uma série de novos fenômenos políticos ocorreu a partir dessa eclosão da onda de indignação popular iniciada em junho de 2013 que, no geral, evidenciaram o descontentamento popular com o caminho trilhado pelos governos petistas, o qual foi expresso nas urnas, quando Dilma venceu as eleições no segundo turno com uma diferença de apenas 3% dos votos.

A ex-presidenta ganhou a eleição com o argumento de que a oposição iria aplicar políticas neoliberais, cortar direitos e suprimir as políticas sociais compensatórias. No entanto, a primeira medida do governo foi elevar a taxa de juros, seguida da nomeação de Joaquim Levy – de cuja convicção neoliberal ninguém duvida – para Ministro da Fazenda. Em seguida, a fim de garantir um superávit primário de 1,5% em 2015, o governo anunciou um pacote de medidas que deram continuidade à contrarreforma da Previdência Social e ao desmonte dos direitos sociais, com cortes severos em diversas áreas, como saúde e educação. Neste sentido, pode-se sugerir que, diante do

esgotamento da conjuntura internacional favorável, independente de quem ganhasse a eleição e dos discursos proferidos na campanha, “a resposta aos efeitos da crise seria um ajuste ortodoxo, retirando aquele leve ar de heterodoxia que a política econômica anticíclica tinha sustentado até aquele momento” (CARCANHOLO, 2015, p. 12).

Diante do ocaso do pacto social forjado pelos governos petistas, emerge a necessidade de aprofundar o “ajuste econômico” e as medidas de austeridade. Para tanto, a classe dominante assume a tarefa de arquitetar uma manobra parlamentar e institucional que pôs fim aos 13 anos de governos do PT, promovendo um verdadeiro golpe contra a frágil e incipiente democracia brasileira. Sem o compromisso político que o PT demonstrava com as bases sindicais e movimentos populares, o governo Temer se vê livre para iniciar uma corrida desenfreada pela retirada de direitos democráticos, promovendo medidas escancaradas de que são exemplo a proposta de uma nova contrarreforma da Previdência, a flexibilização das leis trabalhistas e a Emenda Constitucional 95/2017 que, visando a garantir o superávit para o pagamento da dívida pública, congela por 20 anos os gastos com políticas sociais. O teto aos gastos sociais é uma verdadeira tragédia social e afetará principalmente a fração da classe trabalhadora dos serviços públicos de maior demanda, como saúde e educação. Em contrapartida, a parcela do fundo público destinada ao pagamento da dívida pública ultrapassa a casa dos 30%, o que demonstra o compromisso do atual governo com o grande capital financeiro. Este panorama de ataque às políticas sociais e regressão de direitos duramente conquistados aponta para um horizonte de grandes desafios à classe trabalhadora, porquanto requer, com urgência, sua capacidade de mobilização e resistência.

## REFERÊNCIAS

ARCARY, Valério. *Dez anos de governos de coalizão dirigidos pelo PT*. 2013. Disponível em: <<http://marxismo21.org/10-anos-de-governosdo-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

- ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na política exterior. *Revista Temas e Matizes*, Cascavel: UniOeste, v. 7, n. 14, p. 9-32, jul/dez. 2008.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). *Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Política Social no Capitalismo Tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. São Paulo: Appris, 2015.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. *Projetos de Cooperação Sul-Sul*. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestada.asp>>. Acesso em: 02 set. 2017.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Por que Dilma não faz um governo de esquerda? A economia política dos governos do PT. *Jornal dos Economistas*. Rio de Janeiro: CORECON, p. 11-13, maio 2015.
- COGGIOLA, Osvaldo. Programas sociais compensatórios: a experiência brasileira. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, v. 23, n. 1, p. 69-117, 2013.
- COSTA, Darc; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados. *Interseções*, Rio de Janeiro: UERJ, v.14, n. 2, p. 335-371, 2012.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.

- FREITAS, Jacqueline; FREIXO, Adriano (orgs.). *A Política Externa Brasileira na Era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- LUCE, Mathias. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Tensões Mundiais*, Fortaleza: Observatório das Nacionalidades, v.10, n. 18, p. 43-65, 2014.
- IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 285-317.
- \_\_\_\_\_. *O PT e a Revolução Burguesa no Brasil*. 2014. Mimeo.
- MARQUES, Rosa Maria et al. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Revista de Economia Política*. São Paulo: 34 , v. 29, n. 1, p. 114-132, 2009.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil*. 2013. Disponível em: <<http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo>>. Acesso em: 06 jun. 2015.
- MOTA, Ana Elisabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e redução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 29-45.
- PAIVA, Beatriz Augusto; MATTEI, Lauro. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre: PPGSS/PUCRS, v. 8, n. 2, p. 175-194, 2009.
- SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. *Katálysis*, Florianópolis: UFSC, v. 17, n. 1, p. 68-76, 2014.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- SILVA, Daniele de Fátima Amorim et al. *Financeirização e desindustrialização: uma análise da situação brasileira a partir da década de*



1990. In: VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017, São Luís. *Anais...* São Luis: UFMA, 2017. p. 1-12.
- SOLER, Antônio. *A crise do lulismo: ascensão e queda de um pacto social*. 2015. Disponível em: <<http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>>. Acesso em: 06 jun. 2015.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *A Política Externa Brasileira: a busca pela autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: EdUnesp, 2011.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil – de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

Esta publicação foi impressa em 2018 pela gráfica Imos  
em papel offset 75g/m<sup>2</sup>, fonte ITC Franklin Gothic,  
tiragem de 500 exemplares.